



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 10 – Nº 12
Dezembro de 2009

(Disponível em: <http://www.assessoriaopt.org/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

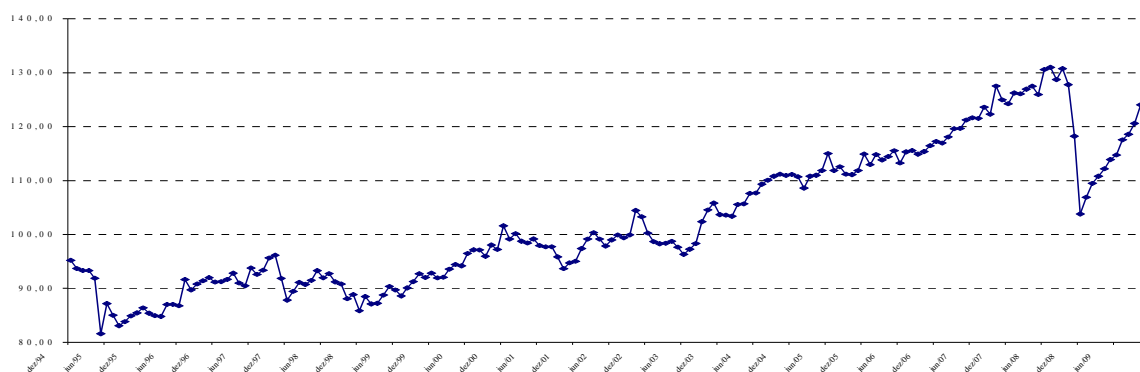
Tabela 1 – Produção Industrial

Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	-	0,0
2004	Dez	111,1	-	-	8,3
2005	Dez	114,9	-	-	3,1
2006	Dez	117,3	-	-	2,8
2007	Dez	124,2	-	-	6,0
2008					
	Dez	103,8	-16,4	-12,2	3,1
2009					
	Jan	106,9	-15,3	3,0	1,0
	Fev	109,5	-13,2	2,4	-1,0
	Mar	110,8	-12,7	1,2	-1,9
	Abr	112,2	-12,0	1,3	-3,9
	Mai	113,9	-9,6	1,5	-5,0
	Jun	114,8	-12,1	0,8	-6,5
	Jul	117,6	-10,3	2,4	-8,1
	Ago	118,6	-7,9	0,9	-8,8
	Set	120,6	-7,8	1,7	-10,2
	Out	124,1	-2,9	2,9	-10,6
	Nov	123,0	4,1	-0,8	-9,7

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial
(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2008 Média	nd	nd	7,9	8,6	13,5
2008					
Jan	nd	nd	8,0	9,3	13,6
Fev	nd	nd	8,7	9,1	13,6
Mar	nd	nd	8,6	9,6	14,3
Abr	nd	nd	8,5	9,8	14,2
Mai	nd	nd	7,9	9,8	14,1
Jun	nd	nd	7,8	8,2	13,9
Jul	nd	nd	8,1	8,3	14,1
Ago	nd	nd	7,6	8,0	14,0
Set	nd	nd	7,6	8,0	13,5
Out	nd	nd	7,5	7,7	12,5
Nov	nd	nd	7,6	8,2	12,3
Dez	nd	nd	6,8	7,1	11,8
2007					
Jan	nd	nd	8,2	9,4	12,5
Fev	nd	nd	8,5	10,0	13,5
Mar	nd	nd	9,0	10,5	14,9
Abr	nd	nd	8,9	10,2	15,0
Mai	nd	nd	8,8	10,2	14,8
Jun	nd	nd	8,1	9,0	14,2
Jul	nd	nd	8,0	8,9	14,8
Ago	nd	nd	8,1	9,1	14,2
Set	nd	nd	7,7	8,7	14,1
Out	nd	nd	7,5	8,6	13,2
Nov	nd	nd	7,4	8,1	12,8

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em novembro de 2009, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 7,4%, verificando-se uma queda de 0,1 pontos percentuais (p.p.) em relação a outubro de 2009. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, verificou-se uma queda de 0,2 p.p.. Em São Paulo, sofreu queda de 0,5p.p. entre os meses de outubro (8,6%) e novembro de 2009 (8,1%). Quando comparado com novembro de 2008, verificou-se queda de 0,1p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego Total em São Paulo sofreu queda de 0,4p.p. entre os meses de outubro (13,2%) e outubro de 2009 (12,8%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu alta de 0,5 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

		Ocupados ²		Assalariados ³	
		Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴
1999	Out	1.676	69,5	1.734	68,7
2000	Out	1.641	68,1	1.658	65,7
2001	Out	1.393	57,7	1.447	57,4
2002	Out	1.344	55,7	1.379	54,7
2003	Out	1.258	52,2	1.335	52,9
2004	Out	1.274	52,8	1.369	54,3
2005	Out	1.258	52,2	1.349	53,5
2006	Out	1.282	53,2	1.360	53,9
2007	Out	1.276	52,9	1.340	53,1
2008					
	Out	1.265	52,4	1.296	51,4
	Nov	1.233	51,1	1.291	51,2
	Dez	1.252	51,9	1.299	51,5
2009					
	Jan	1.261	52,3	1.304	51,7
	Fev	1.274	52,8	1.317	52,2
	Mar	1.265	52,5	1.315	52,1
	Abr	1.276	52,9	1.336	53,0
	Mai	1.250	51,8	1.310	52,0
	Jun	1.246	51,7	1.319	52,3
	Jul	1.261	52,3	1.331	52,8
	Ago	1.290	53,5	1.356	53,7
	Set	1.295	53,7	1.348	53,4
	Out	1.274	52,8	1.319	52,3

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região Metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclui os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2007)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	68,9	11.443,6	4,2	83,4
1995	705,6	4,2	71,8	11.743,5	2,6	85,6
1996	844,0	2,2	73,4	11.814,0	0,6	86,1
1997	939,1	3,4	75,8	12.029,6	1,8	87,7
1998	979,3	0,0	75,9	11.854,9	-1,5	86,4
1999	1.065,0	0,3	76,1	11.708,8	-1,2	85,3
2000	1.179,5	4,3	79,3	12.032,9	2,8	87,7
2001	1.302,1	1,3	80,4	12.012,6	-0,2	87,5
2002	1.477,8	2,7	82,5	12.152,3	1,2	88,6
2003	1.699,9	1,1	83,5	12.113,5	-0,3	88,3
2004	1.941,5	5,7	88,2	12.622,0	4,2	92,0
2005	2.147,2	3,2	91,0	12.837,2	1,7	93,6
2006	2.369,8	4,0	94,6	13.162,1	2,5	95,9
2007	2.661,0	5,7	100,0	13.722,2	4,3	100,0
2008*	2.889,7	6,1	-	-	-	-

Fonte: IBGE.

* - Dado preliminar.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009												12 meses
														Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
IGP-DI	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	9,1	0,0	-0,1	-0,8	0,0	0,2	-0,3	-0,6	0,1	0,3	0,0	0,1	-0,1	-1,4
IGP-M	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	9,8	-0,4	0,3	-0,7	-0,2	-0,1	-0,1	-0,4	-0,4	0,4	0,1	0,1	-0,3	-1,7
IPC-DI	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	6,1	0,8	0,2	0,6	0,5	0,4	0,1	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,2	3,9
IPA-DI	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	9,8	-0,3	-0,3	-1,5	-0,1	-0,1	-0,6	-1,2	0,1	0,3	-0,1	0,0	-0,3	-4,1
IPA-OG-ag	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	1,7	2,1	-0,4	-2,4	1,4	0,6	0,3	-2,6	0,0	-0,8	-0,3	0,1	-1,2	-3,2
IPA-OG-in	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	13,0	-1,2	-0,3	-1,2	-0,6	-0,3	-1,0	-0,7	0,1	0,6	0,0	-0,1	0,0	-4,4
INPC	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	6,5	0,6	0,3	0,2	0,6	0,6	0,4	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4	0,2	4,1
IPCA	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	0,5	0,6	0,2	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	4,3
IPC-Fipe	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	6,2	0,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,1	0,3	0,5	0,2	0,3	0,3	0,2	3,6
ICV	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	6,1	0,7	0,0	0,4	0,3	0,2	0,1	0,5	0,3	0,3	0,5	0,6	0,1	4,0

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) em dezembro de 2009, registrou taxa de -0,03%. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) apresentou deflação de -0,1%, em dezembro, uma queda de 0,2p.p.em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou taxa de 0,2%, em dezembro, queda de 0,1 p.p. em relação ao mês anterior.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou alta, observando taxa de 0,4% no mês de dezembro. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registrou queda entre os meses de novembro e dezembro, taxa de 0,2%.

Em dezembro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação, taxa de 0,1%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	308,4	31,8	385,9	38,9	516,6	44,5	563,2	45,6	680,1	49,8	896,1	51,3	933,6	53,5	982,0	48,2	1.035,3	48,0	1.112,7	45,9	1.200,8	43,9	1.153,6	38,8	1.329,0	43,1
1.1 Governo federal e Bacen	167,7	17,3	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	30,2	560,8	32,1	578,7	33,2	601,5	29,5	664,2	30,8	735,8	30,4	816,7	29,8	728,3	24,5	919,5	29,8
1.2 Governos estaduais ²	115,9	12,0	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	14,9	258,0	14,8	278,0	15,9	306,0	15,0	305,7	14,2	316,9	13,1	324,1	11,8	359,6	12,1	346,9	11,3
1.3 Governos municipais	nd	nd	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	1,9	35,0	2,0	38,7	2,2	45,1	2,2	44,3	2,1	47,1	1,9	49,2	1,8	55,4	1,9	56,8	1,9
1.4 Empresas Estatais	24,8	2,6	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	38,7	2,8	42,3	2,4	38,2	2,2	29,4	1,5	21,0	1,0	13,0	0,5	10,8	0,4	10,4	0,4	5,9	0,2
2 Dívida interna líquida	269,8	27,9	328,7	33,2	407,8	35,2	451,8	36,6	551,3	40,4	658,6	37,7	739,0	42,4	825,0	40,5	964,7	44,7	1.138,2	47,0	1.397,4	51,1	1.482,2	49,9	1.614,2	52,4
2.1 Governo federal e Bacen	150,3	15,5	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	22,6	363,2	20,8	418,5	24,0	476,4	23,4	617,4	28,6	782,8	32,3	1.031,5	37,7	1.085,0	36,5	1.229,6	39,9
2.2 Governos estaduais ²	111,6	11,5	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,1	239,6	13,7	261,6	15,0	290,0	14,2	292,7	13,6	304,3	12,6	313,5	11,5	343,5	11,6	332,9	10,8
2.3 Governos municipais	nd	nd	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,8	32,1	1,8	36,1	2,1	42,4	2,1	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,7	52,9	1,8	54,8	1,8
2.4 Empresas Estatais	8,0	0,8	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	26,3	1,9	23,6	1,4	22,9	1,3	16,2	0,8	12,3	0,6	6,0	0,3	4,9	0,2	0,8	0,0	-3,1	-0,1
3. Dívida externa líquida	38,6	4,0	57,2	5,8	108,8	9,4	111,3	9,0	128,7	9,4	237,5	13,6	194,6	11,2	157,0	7,7	70,6	3,3	-25,5	-1,1	-196,6	-7,2	-328,6	-11,1	-285,1	-9,3
3.1 Governo federal e Bacen ³	17,5	1,8	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,6	197,6	11,3	160,3	9,2	125,1	6,1	46,8	2,2	-47,0	-1,9	-214,8	-7,9	-356,7	-12,0	-310,1	-10,1
3.2 Governos estaduais ²	4,3	0,4	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,8	18,4	1,1	16,4	0,9	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4	16,1	0,5	13,9	0,5
3.3 Governos municipais			0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1	2,5	0,1	2,0	0,1
3.4 Empresas Estatais	16,8	1,7	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	12,4	0,9	18,6	1,1	15,3	0,9	13,2	0,7	8,7	0,4	7,0	0,3	5,9	0,2	9,5	0,3	9,0	0,3

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou novembro de 2009 em R\$ 1.329,0 bilhões, o que representou 43,1% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

Discriminação	1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
1. Nominal ²	51,6	5,5	68,2	7,0	56,3	5,3	39,8	3,4	53,2	3,3	65,3	4,4	87,2	5,1	54,1	2,8	72,6	3,4	83,9	3,5	71,5	2,8	57,2	2,0	128,4	4,2
1.1 Governo federal e Bacen ³	21,3	2,3	45,1	4,6	26,3	2,5	25,0	2,1	25,3	1,9	10,0	0,7	62,2	3,7	27,0	1,4	73,3	3,4	74,5	3,1	59,6	2,3	24,9	0,9	132,5	4,3
1.2 Governos estaduais ⁵	26,4	2,8	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4	29,7	1,0	-2,8	-0,1
1.3 Governos municipais			2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1	5,5	0,2	0,6	0,0
1.4 Empresa/s Estatais	3,9	0,4	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,7	-0,5	3,8	0,3	-1,9	-0,1	-6,9	-0,4	-6,1	-0,3	-7,2	-0,3	-0,8	0,0	-2,9	-0,1	-1,9	-0,1
2 Juros nominais ²	43,3	4,6	68,3	7,0	87,4	8,2	78,0	6,6	86,8	6,7	112,8	7,6	144,1	8,5	128,0	6,6	157,0	7,3	160,7	6,8	161,2	6,2	163,7	5,7	171,9	5,6
2.1 Governo federal e Bacen ³	18,9	2,0	50,1	5,1	49,0	4,6	45,4	3,9	47,3	3,6	41,9	2,8	100,9	5,9	79,4	4,1	129,0	6,0	125,8	5,3	119,0	4,6	96,2	3,3	152,3	4,9
2.2 Governos estaduais ⁵	19,9	2,1	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4	55,6	1,9	14,7	0,5
2.3 Governos municipais			4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,2	10,1	0,4	4,3	0,1
2.4 Empresas Estatais	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,8	0,4	8,7	0,6	2,3	0,1	-2,9	-0,2	1,3	0,1	-1,4	-0,1	-0,5	0,0	1,7	0,1	0,6	0,0
3. Primário ⁴	8,3	0,9	-0,1	0,0	-31,1	-2,9	-38,2	-3,2	-33,6	-3,4	-47,4	-3,2	-56,8	-3,3	-73,8	-3,8	-84,4	-3,9	-76,8	-3,2	-89,7	-3,5	-106,4	-3,7	-43,6	-1,4
3.1 Governo federal e Bacen ³	2,4	0,3	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3	-71,3	-2,5	-19,9	-0,6
3.2 Governos estaduais ⁵	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0	-25,9	-0,9	-17,5	-0,6
3.3 Governos municipais			-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2	-4,6	-0,2	-3,7	-0,1
3.4 Empresas Estatais	-0,5	-0,1	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,2	-0,9	-4,9	-0,3	-4,3	-0,3	-4,0	-0,2	-7,4	-0,3	-5,8	-0,2	-0,4	0,0	-4,5	-0,2	-2,6	-0,1

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em novembro de 2009, foi de R\$ 128,4 bilhões, o que representou 4,2% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”, da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação* – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2009 até dezembro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	1.238.621	0	210.862	1.065	242	1.615	5.628	1.458.034
Alagoas	1.506.223	0	216.029	9.831	5.022	10.977	10.205	1.758.286
Amazonas	1.010.304	31	187.869	11.792	20.439	19.227	11.945	1.261.607
Amapá	1.235.363	195	224.185	4.756	1.593	0	4.418	1.470.509
Bahia	3.402.027	0	891.626	43.485	113.956	60.024	46.867	4.557.985
Ceará	2.656.428	26	445.832	19.057	15.056	7.015	25.259	3.168.674
Distrito Federal	249.897	0	73.343	12.632	1.684	0	13.692	351.248
Espírito Santo	543.096	0	117.323	49.881	69.625	103.477	15.384	898.785
Goiás	1.029.384	1	285.539	15.616	26.898	83.544	35.718	1.476.700
Maranhão	2.613.451	5	547.235	19.642	17.532	30.119	21.970	3.249.954
Minas Gerais	1.612.815	0	908.948	150.978	204.116	248.192	80.095	3.205.145
Mato Grosso do Sul	482.269	0	121.146	14.445	11.388	27.361	17.636	674.246
Mato Grosso	835.608	219	200.726	22.708	20.007	199.121	21.350	1.299.739
Pará	2.212.936	827	592.776	51.055	78.817	107.811	21.905	3.066.127
Paraíba	1.733.889	1	336.066	3.364	3.575	4.498	13.137	2.094.530
Pernambuco	2.498.315	0	593.214	17.382	10.427	7.739	24.988	3.152.065
Piauí	1.564.624	1	291.371	3.529	492	2.260	14.895	1.877.171
Paraná	1.043.903	0	514.161	117.966	162.804	102.665	48.439	1.989.938
Rio de Janeiro	553.125	58	193.416	68.621	268.509	58.088	36.831	1.178.648
Rio Grande do Norte	1.512.668	0	241.212	4.237	2.842	12.033	13.994	1.786.987
Rondônia	1.019.428	133	176.090	2.918	5.308	16.148	9.625	1.229.650
Roraima	898.172	18	173.449	447	81	708	4.888	1.077.763
Rio Grande do Sul	852.589	2	485.909	117.520	199.461	133.818	41.447	1.830.745
Santa Catarina	463.370	1	248.868	42.018	116.015	59.220	26.479	955.971
Sergipe	1.504.485	0	202.373	2.931	1.482	4.833	8.550	1.724.654
São Paulo	362.064	16	797.666	364.359	339.482	151.601	135.574	2.150.762
Tocantins	1.571.358	0	281.963	921	555	10.405	14.315	1.879.518
Total	36.206.411	1.534	9.559.198	1.173.158	1.697.410	1.462.500	725.233	50.825.443

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2009 até dezembro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	208.468	0	111.365	355	81	223	538	1.876	322.906
Alagoas	947.300	0	495.159	3.277	1.674	844	3.659	3.402	1.455.315
Amazonas	560.989	73	218.635	3.931	6.813	1.241	6.409	3.982	802.072
Amapá	139.555	454	84.254	1.585	531	417	0	1.473	228.269
Bahia	3.634.172	0	1.692.505	14.495	37.985	9.326	20.008	15.622	5.424.114
Ceará	2.079.122	61	1.187.563	6.352	5.019	965	2.338	8.420	3.289.840
Distrito Federal	65.318	0	6.001	0	561	355	0	0	72.236
Espírito Santo	687.804	0	226.187	16.627	23.208	2.071	34.492	5.128	995.517
Goiás	1.448.491	2	363.243	5.205	8.966	19.383	27.848	11.906	1.885.044
Maranhão	1.662.487	12	1.426.331	6.547	5.844	2.124	10.040	7.323	3.120.708
Minas Gerais	5.242.392	0	788.393	50.326	68.039	27.815	82.731	26.698	6.286.394
Mato Grosso do Sul	607.227	0	171.894	4.815	3.796	28.998	9.120	5.879	831.730
Mato Grosso	737.369	511	201.620	7.569	6.669	19.559	66.374	7.117	1.046.787
Pará	1.453.108	1.930	1.217.117	17.018	26.272	4.355	35.937	7.302	2.763.039
Paraíba	1.288.685	3	433.223	1.121	1.192	822	1.499	4.379	1.730.924
Pernambuco	2.004.445	0	778.951	5.794	3.476	1.483	2.580	8.329	2.805.058
Piauí	1.026.457	2	507.473	1.176	164	1.421	753	4.965	1.542.411
Paraná	2.733.594	0	592.163	39.322	54.268	25.112	34.222	16.146	3.494.827
Rio de Janeiro	1.176.140	134	345.658	22.874	89.503	3.696	19.363	12.277	1.669.644
Rio Grande do Norte	989.113	0	309.890	1.412	947	557	4.011	4.665	1.310.596
Rondônia	362.472	311	131.945	973	1.769	994	5.383	3.208	507.056
Roraima	250.541	42	81.227	149	27	230	236	1.629	334.081
Rio Grande do Sul	2.711.125	4	572.411	39.173	66.487	23.824	44.606	13.816	3.471.446
Santa Catarina	1.551.746	2	341.562	14.006	38.672	4.383	19.740	8.826	1.978.938
Sergipe	579.346	0	259.172	977	494	835	1.611	2.850	845.284
São Paulo	5.288.255	38	1.030.491	121.453	113.161	46.994	50.534	45.191	6.696.117
Tocantins	565.309	0	212.346	307	185	3.118	3.468	4.772	789.506
Total	40.001.031	3.578	13.786.780	386.842	565.803	231.145	487.500	237.180	55.699.860

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	229,8
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	351,6
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	522,4
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	704,8
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	878,2
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	937,7
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	1.062,3
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.146,6
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	1.036,5
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.092,8
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	1.062,4
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.227,1
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.360,8
2007 Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.490,8
2008				
Nov	1.546,4	0,0	1.546,4	1.520,5
Dez	1.596,8	0,0	1.596,8	1.577,0
2009				
Jan	1.631,5	0,0	1.631,5	1.611,1
Fev	1.641,4	0,0	1.641,4	1.623,0
Mar	1.665,5	0,0	1.665,5	1.660,8
Abr	1.660,5	0,0	1.660,5	1.655,2
Mai	1.685,7	0,0	1.685,7	1.677,3
Jun	1.733,9	0,0	1.733,9	1.730,7
Jul	1.784,0	0,0	1.784,0	1.792,2
Ago	1.822,6	0,0	1.822,6	1.829,3
Set	1.840,4	0,0	1.840,4	1.842,7
Out	1.860,2	0,0	1.860,2	1.861,5
Nov	1.856,0	0,0	1.856,0	1.856,0

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ¹	2008 ¹	(US\$ bilhões)	
											2009 ¹	
											Mar	Jun
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	152,3	154,3	161,9	160,3	163,0
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	76,3	70,3	67,3	67,3	68,7
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	76,0	84,1	94,6	93,0	94,3
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	20,3	38,9	36,4	32,3	36,0
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	20,3	38,9	36,4	32,3	36,0
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	172,6	193,2	198,3	192,7	199,0
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	76,3	70,3	67,4	67,4	68,7
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	96,3	122,9	131,0	125,3	130,3

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

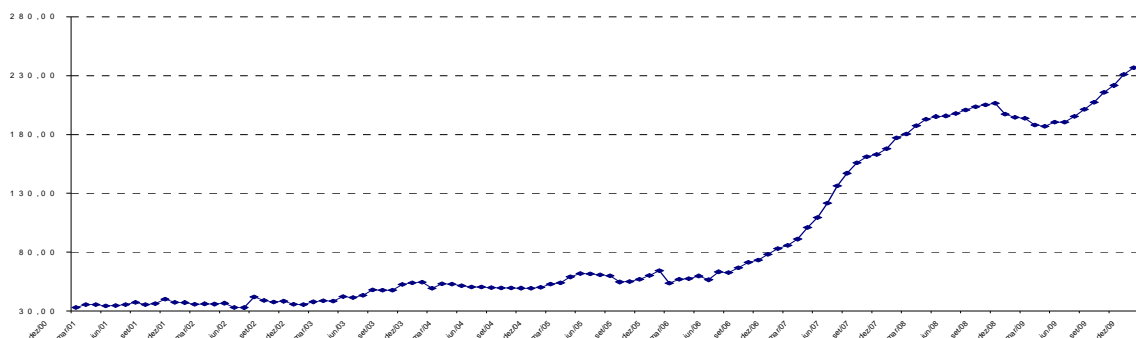
		(US\$ bilhões)
1995	Dez	51,8
1996	Dez	60,1
1997	Dez	52,2
1998	Dez	44,6
1999	Dez	36,3
2000	Dez	33,0
2001	Dez	35,9
2002	Dez	37,8
2003	Dez	49,3
2004	Dez	52,9
2005	Dez	53,8
2006	Dez	85,8
2007	Dez	180,3
2008		
	Nov	194,7
	Dez	193,8
2009		
	Jan	188,1
	Fev	186,9
	Mar	190,4
	Abr	190,5
	Mai	195,3
	Jun	201,5
	Jul	207,4
	Ago	215,7
	Set	221,6
	Out	231,1
	Nov	236,7
	Dez	238,5

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	Nd
1996	1,04	Nd
1997	1,12	Nd
1998	1,21	Nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007	1,77	2,61
2008		
2009		
Dez	2,34	3,24
Jan	2,32	2,97
Fev	2,38	3,02
Mar	2,32	3,08
Abr	2,18	2,88
Mai	1,97	2,79
Jun	1,95	2,74
Jul	1,87	2,67
Ago	1,89	2,95
Set	1,78	2,60
Out	1,74	2,57
Nov	1,75	2,63
Dez	1,74	2,51

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em dezembro de 2009 cotação de R\$ 1,74. Com isso, verificou-se queda de 0,5p.p. em relação ao mês anterior.

Comparando dezembro de 2009 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 25,5%.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006	13.642,6	1,3	16.403,7	1,5	17.318,2	1,6
2007	1.550,7	0,1	17.135,5	1,3	23.599,7	1,8
2008						
Jan – Dez	-28.192,0	-1,7	17.471,7	1,1	35.416,1	2,2
Jan	-4.028,4	-3,1	2.241,9	1,7	3.049,8	2,3
Fev	-1.888,9	-1,5	1.443,2	1,1	1.307,1	1,0
Mar	-4.343,0	-3,2	1.114,5	0,8	4.435,9	3,3
Abr	-3.043,8	-2,2	1.285,6	0,9	3.752,7	2,7
Mai	-785,5	-0,6	987,3	0,7	3.266,4	2,3
Jun	-2.781,4	-2,0	1.543,3	1,1	3.763,7	2,7
Jul	-2.167,8	-1,5	2.018,6	1,4	3.241,7	2,3
Ago	-1.083,8	-0,8	1.098,4	0,8	1.961,7	1,4
Set	-2.761,2	-1,9	1.265,5	0,9	3.450,4	2,4
Out	-1.238,5	-0,9	1.206,2	0,8	2.273,4	1,6
Nov	-951,1	-0,7	1.146,9	0,8	1.563,1	1,1
Dez	-3.118,6	-2,5	2.120,3	1,7	3.350,2	2,7
2009						
Jan	-2.763,4	-3,0	1.962,8	2,2	722,2	0,8
Fev	-612,3	-0,7	1.341,6	1,5	1.166,9	1,3
Mar	-1.557,5	-1,6	1.144,5	1,1	2.028,2	2,2
Abr	89,3	0,1	1.246,2	1,3	1.835,6	2,0
Mai	-1.769,8	-1,5	1.040,7	0,9	2.597,3	2,4
Jun	-573,2	-0,5	1.138,3	0,9	3.063,8	2,7
Jul	-1.638,8	-1,2	2.102,1	1,6	1.752,4	1,4
Ago	-827,6	-0,6	981,7	0,7	2.183,6	1,6
Set	-2.449,3	-1,5	1.091,7	0,6	1.556,1	1,0
Out	-3.014,5	-1,8	1.129,5	0,7	1.991,2	1,6
Nov	-3.270,5	-1,9	857,4	0,5	2.041,5	1,2

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007 Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008								
Dez	13,8	197,9	425,6	11,5	173,0	346,2	2,3	25,0
2009								
Jan	9,8	194,4	418,1	10,3	170,9	342,1	-0,5	23,5
Fev	9,6	191,2	411,2	7,8	166,8	333,8	1,8	24,4
Mar	11,8	190,4	409,5	10,1	165,2	330,7	1,8	25,2
Abr	12,3	188,7	405,7	8,6	161,5	323,3	3,7	27,2
Mai	12,0	181,4	390,0	9,3	155,7	311,5	2,6	25,7
Jun	14,5	177,2	381,1	9,9	149,7	299,5	4,6	27,6
Jul	14,1	170,9	367,6	11,2	143,8	287,7	2,9	27,2
Ago	13,8	165,0	354,9	10,8	137,1	274,3	3,1	27,9
Set	13,9	158,9	341,6	12,5	132,4	264,9	1,3	26,5
Out	14,1	154,4	332,1	12,8	127,9	256,0	1,3	26,5
Nov	12,7	152,3	327,6	12,0	126,9	253,9	0,6	25,5
Dez	14,5	153,0	329,0	12,3	127,6	255,4	2,2	25,3

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em dezembro de 2009, totalizaram US\$ 14,5 bilhões, alta de 14,3% em relação ao mês anterior.

As importações somaram US\$ 12,3 bilhões, em dezembro de 2009, alta de 2,0% em relação ao mês anterior.

O saldo de dezembro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 2,2 bilhões.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	(em %)			
	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
2006	15,1	10,9	15,3	nd
2007	11,9	3,7	12,0	nd
2008	12,3	2,9	12,3	nd
2009				
Jan	1,0	1,0	13,4	12,75
Fev	0,9	1,0	12,7	12,75
Mar	1,0	1,8	11,7	11,25
Abr	0,8	0,8	11,1	10,25
Mai	0,8	0,6	10,2	10,25
Jun	0,8	1,1	9,5	9,25
Jul	0,8	1,4	9,0	8,75
Ago	0,7	0,6	8,7	8,75
Set	0,7	0,4	8,7	8,75
Out	0,7	0,7	8,7	8,75
Nov	0,7	0,6	8,7	8,75
Dez	0,7	0,8	8,6	8,75

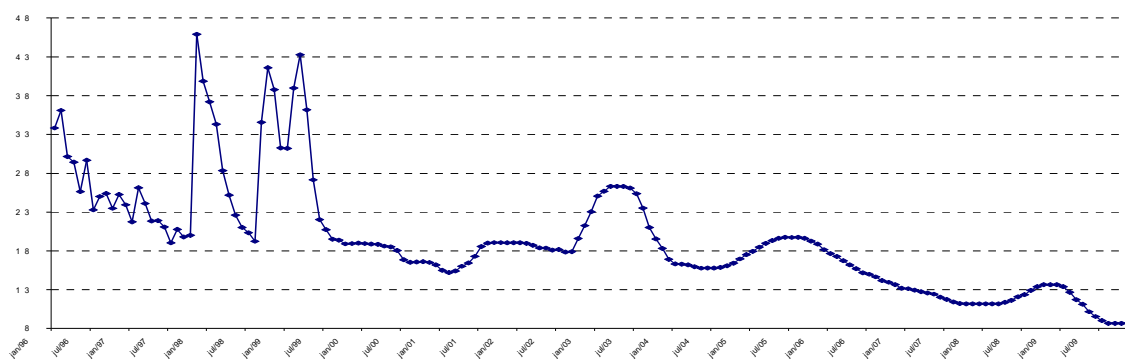
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral
1995	171,1	nd	nd
1996	112,2	nd	nd
1997	81,7	nd	nd
1998	94,4	nd	nd
1999	87,2	nd	nd
2000	56,9	12,0	27,2
2001	48,9	11,8	27,0
2002	51,4	14,5	30,0
2003	55,6	14,7	31,9
2004	46,2	13,5	28,0
2005	43,2	13,8	28,4
2006	41,3	13,9	28,5
2007	36,3	12,8	25,3
2008	37,7	15,3	26,6
	Nov	18,4	30,2
	Dez	18,4	30,7
2009			
	Jan	18,8	30,5
	Fev	19,0	29,7
	Mar	17,9	28,5
	Abr	18,3	28,2
	Mai	18,7	28,1
	Jun	18,3	27,2
	Jul	17,9	26,8
	Ago	17,8	26,3
	Set	17,7	26,0
	Out	17,7	26,0
	Nov	17,1	25,1

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	Nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	Nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	Nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	Nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	Nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	Nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	298,7	479,5	19,2	498,7	24,5
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007	275,2	642,0	917,1	18,8	936,0	34,7
2008						
Jan	277,6	648,5	926,1	18,8	945,0	34,2
Fev	279,4	661,3	940,7	18,8	959,5	34,5
Mar	287,6	686,0	973,7	19,4	993,1	35,5
Abr	292,9	705,8	998,6	19,5	1.018,1	35,8
Mai	298,8	726,5	1.025,3	19,6	1.044,9	36,1
Jun	303,9	744,4	1.048,4	19,3	1.067,7	36,3
Jul	307,5	758,9	1.066,4	19,5	1.085,9	36,7
Ago	311,9	777,9	1.089,8	20,4	1.110,3	37,6
Set	324,1	807,4	1.131,5	21,3	1.152,8	38,7
Out	336,8	826,7	1.163,5	21,6	1.185,1	39,5
Nov	345,8	838,2	1.183,9	24,4	1.208,3	40,4
Dez	356,1	844,0	1.200,1	27,2	1.227,3	41,3
2009						
Jan	357,9	843,8	1.201,7	27,7	1.229,4	40,0
Fev	362,3	838,9	1.201,3	27,8	1.229,1	40,3
Mar	366,7	848,1	1.214,8	28,1	1.242,9	41,0
Abr	370,1	850,4	1.220,5	28,3	1.248,8	41,2
Mai	371,4	861,4	1.232,8	28,4	1.261,3	41,6
Jun	378,0	870,3	1.248,3	28,5	1.276,8	42,2
Jul	407,1	845,8	1.252,9	54,0	1.306,8	43,2
Ago	417,4	854,2	1.271,6	55,6	1.327,3	43,7
Set	426,2	867,3	1.293,5	54,5	1.348,1	44,2
Out	435,2	876,9	1.312,1	55,5	1.367,6	44,8
Nov	443,1	888,5	1.331,6	56,7	1.388,3	45,1

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.